

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 82/XIII/ 2.ª SL

Aos 12 dias do mês de julho de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações;

2. Apreciação e votação das Atas n.ºs 79 e 81, relativas a 21 de junho e 5 de julho;

3. Discussão e votação do requerimento do PCP que solicita a audição do Ministro da Saúde, sobre «o despedimento dos médicos que em 2015 não tiveram acesso à formação médica especializada»;

4. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 232/XIII/2.ª - «Solicita que o SNS admita o acesso a técnicas PMA a mulheres em idade fértil, com mais de 42 anos» - Relatora: Deputada Ângela Guerra;

5. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 266/XIII/2.ª - «Requerem a construção de um novo Centro de Saúde da Baixa da Banheira» - Relatora: Deputada Maria Mercês Borges;

6. Outros assuntos.

10:30 Audição do Presidente do Conselho de Administração do INEM, Dr. Luís Meira, requerida pelo PS, para prestar esclarecimentos sobre os meios de emergência deste Instituto.

11:30 Audição do Coordenador do Grupo de Trabalho constituído pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2016, Dr. Sobrinho Simões, requerida pelo BE, para prestar esclarecimentos sobre o Instituto Nacional Ricardo Jorge (INSA).

1. Informações

O Presidente deu conta de ter sido retirado da ordem do dia o ponto relativo à ratificação das votações indiciárias do Texto de Substituição e propostas de alteração da PPL n.º 34/XIII/2.ª (Atos em Saúde), a pedido do Coordenador do Grupo de Trabalho, Deputado António Sales, tendo assim de ser equacionada a prorrogação do prazo para nova apreciação na generalidade em Comissão.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 82/XIII/ 2.ª SL

A questão foi debatida, tendo o Deputado António Sales referido que este adiamento se prende com a necessidade de encontrar consensos mais alargados, pois está em causa matéria sensível, que exige grande ponderação. O Deputado Miguel Santos disse não compreender as razões deste adiamento, já que o processo tinha chegado às votações indiciárias, que estão realizadas, não tendo a questão sido discutida no Grupo de Trabalho, perguntando como prosseguirão os trabalhos. A Deputada Isabel Galriça Neto pensa que é necessário fazer uma boa lei, que não venha a suscitar mais problemas do que aqueles que já existem, mas estranha que seja retirado este ponto da ordem do dia. Considera todavia que este texto carece de alterações e, eventualmente, até deveria haver nova proposta, perguntando como irão prosseguir os trabalhos. O Deputado António Sales esclareceu que se trata de um adiamento, pois não foram retiradas quaisquer propostas, com vista a possibilitar maiores consensos.

O Presidente disse que no final da reunião se voltaria a este assunto. Informou ainda sobre a baixa à Comissão, na especialidade, do PJI n.º 565/XIII/2.ª (direitos das pessoas doentes em final de vida), havendo assim que criar um Grupo de Trabalho para esta iniciativa, que será coordenado pelo PS. Solicitou que seja dada a indicação dos Deputados que o irão integrar. Referiu ainda ter chegado ontem à Comissão a redação final referente a quatro PJI, sobre direitos das grávidas, com uma proposta de fusão, que foi distribuída ontem a todos os Deputados. A Deputada Carla Cruz disse não se opor ao texto de fusão, apenas tendo uma objeção quanto ao seu n.º 14. O Deputado Miguel Santos manifestou-se no sentido do adiamento desta fixação de redação final, uma vez que não consta da ordem do dia, pelo que o PSD não está em condições de discutir este assunto.

O Vice-Presidente Moisés Ferreira, que neste ponto da ordem do dia substituiu o Presidente, disse que a fixação desta redação final ficaria então adiada para a próxima reunião.

O Presidente em exercício deu ainda conta da participação, em nome da Comissão de Saúde, da Deputada Laura Magalhães, pelo PSD, e de si próprio, pelo BE, numa visita organizada pela Comissão de Assuntos Europeus ao Observatório Europeu da Droga e Toxicod dependência, no dia 11 de julho.

2. Apreciação e votação das Atas n.ºs 79 e 81, relativas a 21 de junho e 5 de julho



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 82/XIII/ 2.ª SL

As Atas n.ºs 79 e 81 foram aprovadas por unanimidade, com a correção de uma sigla na Ata 81, registando-se a ausência do PEV.

3. Discussão e votação do requerimento do PCP que solicita a audição do Ministro da Saúde, sobre «o despedimento dos médicos que em 2015 não tiveram acesso à formação médica especializada»

A Deputada Carla Cruz apresentou o Requerimento que solicita a audição do Ministro da Saúde, dizendo que recentemente o Ministro referiu que os «114 médicos internos iriam ser mantidos ao serviço do SNS e a sua situação iria ser esclarecida e resolvida em definitivo, com a publicação de uma portaria que estaria a dias de ser publicada». Todavia, o PCP tem informações que há «vários hospitais aos quais estes médicos estão vinculados (que) começaram a rescindir os contratos destes internos, com efeitos imediatos» e disso são exemplo a Unidade Local de Saúde do Alto Minho e o Centro Hospitalar de Faro. Por estas razões o PCP pretende ouvir com urgência o Ministro da Saúde.

A Deputada Isabel Galriça Neto pensa que se o Ministro vier agora não há nada com que o confrontar, pois a portaria é recente, pensa que será precoce, mas não se oporá.

O Deputado António Sales disse que se trata de uma questão que tem vindo a ser amplamente discutida. O PS não inviabilizará a audição, mas, sendo a portaria de 7 de julho, não lhe parece que seja oportuna, sendo excessivo que o Ministro seja confrontado com esta situação, que está resolvida.

O Deputado Miguel Santos referiu que o que está subjacente é a dúvida, parece que todos têm dúvidas quanto à palavra do Ministro. O PSD não se oporá à audição.

A Deputada Carla Cruz explicou que o PCP pretende obter esclarecimentos sobre a portaria, sendo urgente esta audição, que se deveria realizar no prazo de uma semana, sendo que até dia 19 de julho poderão ter lugar reuniões de comissão.

O Deputado Miguel Santos manifestou a sua concordância com a realização da audição no prazo de uma semana, dado que é urgente.

O Requerimento foi colocado à votação, sendo aprovado por maioria, com os votos a favor do BE, CDS-PP e PCP e as abstenções do PSD e do PS.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 82/XIII/ 2.ª SL

4. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 232/XIII/2.ª - «Solicita que o SNS admita o acesso a técnicas PMA a mulheres em idade fértil, com mais de 42 anos» - Relatora: Deputada Ângela Guerra

A Deputada Ângela Guerra apresentou o Relatório Final da Petição n.º 232/XIII/2.ª, dando conta do seu objeto, procedendo à sua análise e referindo as diligências efetuadas, tais como a audição da peticionária, embora não fosse obrigatória nos termos da lei, e o pedido de informação ao Ministro da Saúde, não tendo ainda sido obtida resposta. Concluiu com o parecer de que o Relatório Final deverá ser enviado ao PAR e à peticionária, não cumprindo a Petição os requisitos para que possa ser discutida em plenário.

O Deputado António Sales cumprimentou a Relatora e manifestou-se no sentido de que o aumento da idade para o acesso às técnicas de PMA poderá ter como consequência aumentar também as listas de espera. Trata-se de uma matéria que está ainda a ser ponderada e em discussão.

A Deputada Carla Cruz concordou com o Relatório Final, que traduz o que se passou e dá conta da pretensão da peticionária, pelo que o acompanha e votará favoravelmente.

O Relatório Final foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Os pontos 5 e 6 passaram para o final da reunião.

10:30 Audição do Presidente do Conselho de Administração do INEM, Dr. Luís Meira, requerida pelo PS, para prestar esclarecimentos sobre os meios de emergência deste Instituto

O Presidente em exercício cumprimentou o Presidente do INEM, explicou a grelha a utilizar e deu a palavra ao Deputado Luís Graça, para apresentar o [requerimento](#). O Deputado disse que o PS pretende que sejam prestados esclarecimentos sobre o plano de reorganização do INEM e sobre como irá este novo modelo melhorar o socorro aos cidadãos, sublinhando a postura e capacidade de resposta demonstrada pelo INEM nos incêndios ocorridos e deixando uma palavra de apreço aos seus profissionais.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 82/XIII/ 2.ª SL

O Deputado Miguel Santos disse ter havido um recuo do Governo em relação à redução dos horários, lembrando que existem ambulâncias que não estão completamente operacionais. Abordou a questão do concurso para os meios aéreos, estranhando que incluía pagamento a médicos e enfermeiros, perguntou se o INEM não tinha escalas de prevenção, aquando dos incêndios, que meios foram deslocados para o local, a 17 de junho, se o SIRESP funcionou e se havia conhecimento do que se passava no terreno.

A Deputada Isabel Galriça Neto começou por recordar que o Ministro da Saúde disse nesta Comissão que não haveria redução de meios, e perguntou se confirmava as notícias vindas a público sobre o aumento dos tempos de espera. Saúda o esforço dos profissionais, mas coisa diferente é a matéria relativa à organização e planeamento. Perguntou ainda se com a concentração de meios na zona centro não terá sido afetada a capacidade de resposta noutros pontos do país.

O Presidente da Comissão reassumiu a condução dos trabalhos neste ponto da ordem do dia.

O Deputado Moisés Ferreira disse ter recebido informação sobre a existência de meios inoperacionais, tendo como causa principal a falta de profissionais. Estando em curso um concurso de recrutamento, perguntou quando estarão estes profissionais integrados e, ficando ainda a faltar umas centenas, como irão ser colmatadas as lacunas. Abordou também a questão da articulação, no terreno, dos meios de emergência, perguntando que importância tem para o INEM o SIRESP e como funcionou aquando dos incêndios.

A Deputada Paula Santos deu conta do reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos profissionais no quadro dos incêndios, perguntando se o restante território não terá ficado desfalcado de meios. A carência de profissionais é de há muito e foi agravada no anterior Governo PSD/CDS-PP, não podendo concordar com o recurso a empresas de *outsourcing* para a resolução deste problema. Considera preocupante a inoperacionalidade de meios de socorro, o aumento dos tempos de espera e a desmotivação dos técnicos de emergência, perguntando o que se perspetiva para o futuro no INEM.

O Presidente do INEM respondeu às questões colocadas, garantindo que o plano integrado de emergência responde às necessidades da população, em conjunto com bombeiros, Cruz Vermelha, hospitais etc., sendo a resposta do INEM a melhor



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 82/XIII/ 2.ª SL

possível, dentro das limitações que são públicas. A dificuldade com os recursos humanos implica que se tenha de recorrer a trabalho extraordinário, e tem sido dada uma resposta excecional, resposta que vê reconhecida pelos vários Grupos Parlamentares. Repôs alguns dados em relação a turnos inoperacionais, porque não é exatamente como foi dito. Sobre os meios enviados para a zona centro, aquando dos incêndios, assegurou que não colocaram em causa a prestação de cuidados no restante território, estando as falhas do SIRESP identificadas e registadas, falhas que foram ultrapassadas obrigando os profissionais a usar alternativas. Acresce que os centros de saúde da zona foram transformados em «hospitais de campanha», com recursos do INEM. O concurso para os meios aéreos está a processar-se em termos similares ao que acontece na maior parte dos países europeus e explicou ainda o que está previsto quanto à contratação de profissionais.

Na 2.ª ronda usaram da palavra para pedir esclarecimentos adicionais, que foram prestados pelo Presidente do INEM, os Deputados Miguel Santos, António Sales, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Paula Santos.

O Presidente da Comissão agradeceu a disponibilidade do Presidente do INEM para esta audição, bem como os esclarecimentos prestados.

O vídeo/gravação desta audição pode ser acedido neste [link](#).

11:30 Audição do Coordenador do Grupo de Trabalho constituído pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2016, Prof. Sobrinho Simões, requerida pelo BE, para prestar esclarecimentos sobre o Instituto Nacional Ricardo Jorge (INSA)

O Presidente cumprimentou o Prof. Sobrinho Simões e deu a palavra ao Deputado Cristóvão Simão Ribeiro, que contextualizou a questão do INSA, fazendo referência ao grupo de trabalho criado por Resolução do Conselho de Ministros, com a coordenação do Prof. Sobrinho Simões, a um documento confidencial da Universidade Nova, que proporia a integração do INSA na academia e a algumas declarações feitas sobre o INSA nas audições que a Comissão já levou a cabo. Perguntou se confirma ou não que o grupo de trabalho a que presidiu teve conhecimento desta situação, se foi ponderada esta integração e se o assunto foi discutido com o Ministro da Saúde ou com o Diretor Geral de Saúde.

O Deputado Luís Graça perguntou também se a questão da integração do INSA surgiu ou não na discussão do grupo de trabalho, sendo certo que só o Governo pode tomar



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 82/XIII/ 2.ª SL

decisões sobre a matéria, como vê o papel do INSA e a necessidade da sua reestruturação e ainda se esta pequena polémica não estará descentrada do objeto do grupo de trabalho, que é a reforma da saúde pública.

O Deputado Moisés Ferreira disse que gostaria de conhecer o relatório do grupo de trabalho, pedindo que falasse sobre ele, perguntou se foi abordada a questão da integração do INSA nas discussões e no relatório e acrescentou que foi também constituído um grupo de trabalho informal, no qual terá sido colocada a possibilidade do desmembramento do INSA, o que poderia ter resultado das discussões do grupo de trabalho formal.

A Deputada Ana Rita Bessa disse não querer repetir as questões que já foram colocadas no conjunto das audições já realizadas, constatando que os grupos de trabalho, o formal e o informal, foram criados no mesmo período temporal e sobre o mesmo tema. Perguntou se em algum momento no grupo de trabalho a que presidiu foi discutido o desmembramento do INSA.

A Deputada Paula Santos frisou que o PCP separa o papel de um laboratório de Estado, como o INSA, da investigação mais académica que desenvolve, sendo que os dois têm o seu lugar. Perguntou que discussões e conclusões foram retiradas no grupo de trabalho a que presidiu, o que conhece do grupo de trabalho informal e que opinião tem sobre esta matéria.

O Prof. Sobrinho Simões deu conta de ter ficado tão surpreendido com as notícias que surgiram sobre o INSA, como todos os demais. Pensa que o documento que criou o grupo de trabalho foi infeliz na utilização do verbo «integrar», que foi sempre entendido no grupo como dizendo respeito à integração de atividades e não à integração institucional, que nunca foi considerada. O que se pretende é que os laboratórios de Estado, que têm potencialidades notáveis, sejam adaptados aos novos tempos e é relevante que a parte da investigação científica possa melhorar. Devia, de uma forma estruturada, ser separada a parte laboratório de Estado, do centro de investigação. Reitera que no grupo de trabalho a que presidiu nunca se pensou em dismantelar o INSA, nem, tanto quanto soube, nas reuniões informais. Todavia o INSA não pode continuar como está, pois para o que custa não é suficientemente eficiente. Ouviu falar em consórcio, não em divisão e os consórcios são comuns na área da investigação. Não pode disponibilizar o relatório, que foi entregue aos Ministros, mas o que é dito é

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 82/XIII/ 2.ª SL

que no INSA deve ser otimizada a articulação das duas vertentes: laboratório de Estado e investigação.

Não havendo mais questões, o Presidente deu por finda a audição e agradeceu a disponibilidade e as informações prestadas pelo Prof. Sobrinho Simões.

O vídeo/gravação desta audição pode ser acedido neste [link](#).

5. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 266/XIII/2.ª - «Requerem a construção de um novo Centro de Saúde da Baixa da Banheira» - Relatora: Deputada Maria Mercês Borges

A Deputada Maria Mercês Borges apresentou o Relatório Final da Petição n.º 266/XIII/2.ª, dando conta do seu objeto, procedendo à sua análise, referindo as diligências efetuadas, ou seja, a audição dos peticionários e o pedido de informação ao Ministro da Saúde, não tendo ainda sido recebida resposta. Concluiu com o parecer de que deverá o Relatório Final ser remetido ao PAR e dele ser dado conhecimento aos Grupos Parlamentares e aos peticionários.

A Deputada Eurídice Pereira disse considerar que o Relatório tem falta de objetividade, sendo omissos no essencial, que são os desenvolvimentos entretanto ocorridos, pois é pública a existência de um protocolo para a construção do Centro de Saúde da Baixa da Banheira, de que aliás deu conta aquando da audição dos peticionários. Não vindo expressa a sua intervenção na audição e tendo sido omissa a existência do protocolo, propõe que o Relatório não seja votado hoje, pedindo que as suas declarações passem a constar dele.

A Relatora frisou que elaborou o Relatório com a máxima das isenções, tendo colocado em anexo o sumário da audição, que foi elaborado pelos serviços. Não tendo recebido a resposta do Governo, não tem de ir confirmar nada, relatando apenas os factos.

A Deputada Eurídice Pereira insistiu em que fossem incluídas, no Relatório, as suas declarações durante a audição, caso contrário não o poderá votar favoravelmente.

A Deputada Paula Santos manifestou-se no sentido de considerar possível alcançar um consenso sobre esta questão, podendo ser adiada a votação.

A votação do Relatório Final foi assim, com o acordo de todos, adiada para a próxima reunião da Comissão.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 82/XIII/ 2.ª SL

6. Outros assuntos

O Presidente informou que iria contactar o Ministro da Saúde no sentido de saber da sua disponibilidade para a realização da audição, hoje aprovada, nos próximos dias 18 de julho, pelas 15h, ou 19 de julho, pelas 10h.

No referente aos trabalhos sobre a PPL n.º 34/XIII/2.ª e ao pedido da retirada da ordem do dia deste assunto, colocou à votação o requerimento solicitando a prorrogação dos trabalhos, por mais 90 dias, o qual foi aprovado com os votos a favor do PS, BE e PCP e a abstenção do PSD e do CDS-PP, registando-se a ausência do PEV.

Finalmente, quanto à fixação das redações finais que venham ainda a ser recebidas até ao final do mês, o Presidente propôs ficar com mandato para as fixar, ouvindo previamente os Deputados da Comissão, a quem serão enviadas por email, o que foi aceite.

A reunião foi encerrada às 13:45 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação da reunião ser acedida nos seguintes links:

http://srvvideo3/site/XIIILEG/2SL/COM/09_CS/CS_20170712_1.mp3

http://srvvideo3/site/XIIILEG/2SL/COM/09_CS/CS_20170712_4.mp3

Palácio de São Bento, 13 julho 2017.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 82/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Ana Rita Bessa
José Silvano
Laura Monteiro Magalhães
Maria Mercês Borges
Paula Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Falcato Simões
José Luís Ferreira
Luís Soares
Maria Antónia de Almeida Santos
Teresa Caeiro